

Mattoso, José. *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*. Lisboa, Editorial Estampa, 1981 (Série "Imprensa Universitária, 19").

Res. por Victor Deodato da Silva

Departamento de História — FFLCH/USP

Temos aqui uma coletânea de artigos que ilustra exemplarmente a oportunidade desse gênero de publicações. Pensemos preliminarmente na dificuldade de acesso, para a maioria dos interessados, de periódicos como *Armas e Troféus*, *Studium Generale* ou *Cadernos do Distrito de Leiria*, onde alguns desses trabalhos vieram a lume inicialmente, e não será difícil avaliar o quanto será incrementada a sua difusão, com essa reunião em volume. À parte esse aspecto, considerável em seu alcance prático, observemos que neste caso não se faz sentir o inconveniente mais frequente em seus similares, a saber, o heteroclitismo temático, pois aqui o que ressalta é a unidade. E isso num campo em que a respectiva bibliografia, particularmente em relação ao cenário português, ainda se mostra um tanto incipiente.

Todavia, tudo isso permaneceria relativo, não fora a qualidade e consistência do conteúdo. São, invariavelmente, trabalhos baseados em fontes primárias, apoiadas por sólida complementação bibliográfica, revelando seu Autor pleno domínio das técnicas de investigação histórica, senso crítico aguçado e notável clareza expositiva. Essas virtudes, somadas à forte carga de ineditismo em seu teor, certamente farão do livro em pauta, por muito tempo, uma referência obrigatória na matéria, em que pesem tudo o que ele apresenta de fragmentário, lacunoso e provisório em suas conclusões, características inevitáveis em trabalhos curtos, mesmo quando, reunidos, constituem um volume avantajado. Tão grande é o seu interesse, que o leitor, constatando pelas notas de rodapé, que várias outras produções análogas da mesma origem foram excluídas, certamente por injunções materiais, lamenta a sua ausência, desejando que

esta publicação tenha em breve uma continuação. Isto sem falar na perspectiva de uma possível síntese, abrangendo as questões aqui tratadas de forma mais completa e sistemática.

Essa possibilidade vem acenada no primeiro item da coletânea — constituído pela “Introdução ao estudo da nobreza medieval portuguesa”, naturalmente o único trabalho escrito especialmente para ela — sob a classificação de “Programa” e que atenua significativamente o aludido cunho fragmentário, lacunoso e inconclusivo do conjunto. Aí são aventados os diferentes aspectos da problemática da nobreza portuguesa, que aguça a curiosidade do leitor comum e se constitui num estímulo eficaz para eventuais interessados em aventurar-se em pesquisas nesse campo fértil e ainda pouco cultivado. Enumeração e classificação das fontes, aspectos da significação política, social e econômica da nobreza, a sua configuração jurídica e institucional, bem como a sua trajetória entre 1037 e 1383, são sucessivamente aventados e desdobrados em questões afins.

Reunidos sob a denominação “Fontes”, seguem-se dois artigos que revelam o quanto o Prof. Mattoso se encontra qualificado para a abordagem da temática da nobreza, além de, ponto obviamente muito mais importante, servir de guia seguro, em seus primeiros passos, para os que desejarem explorar esse terreno. A secção seguinte, a mais avantajada do volume, “Genealogias”, consiste na reconstituição de linhagens de prol, inicialmente relativa aos séculos X e XI e depois aos XI e XII, no primeiro caso abrangendo as famílias condaes portugalenses e no último a nobreza em geral da área portuense.

É a parte que, simultaneamente, denota mais claramente o esforço de pesquisa e, compreensivelmente, a menos atraente para o grosso dos leitores, deixando a impressão de uma preparação prévia ou, melhor ainda, de um apêndice ilustrativo de um estudo de conjunto da nobreza das regiões e períodos referidos, do que de trabalhos dotados de significação autônoma. É verdade que a substância dos dois itens seguintes — respectivamente “Poder político, econômico e simbólico” e “Implantação regional”, que, somados, reúnem u’a meia dúzia de artigos — nela ao mesmo tempo se apoiam e a esclarecem, mas não o conseguindo plenamente. Oscilando entre “consideranda” a respeito da evolução de conjunto e o esmiuçamento de pontos circunscritos, além de seu interesse intrínscio, valem esses trabalhos como amostragem das perspectivas oferecidas pelo aprofundamento da temática.

A última secção, “Estruturas familiares”, reunindo três artigos, pode, presumivelmente, ser considerada a mais sugestiva do volume, iluminando o que foi tratado anteriormente e revelando os vínculos estreitos existentes entre a evolução da organização familiar e as transformações econômicas,

sociais, políticas e culturais, constituindo-se, ademais, num outro importante fator unificador da coletânea.

Acreditamos não ser necessário detalhar o conteúdo de cada artigo para convencer o leitor do interesse e consistência do volume. Mas, a tanto não se cifra a função do resenhador, cabendo-lhe também assinalar pontos que se lhe antolhem menos positivos. Apesar de não desejarmos nos deter em questões formais, temos que dizer que não vemos vantagem no desvio constatado das normas consagradas internacionalmente na citação de artigos, em que, tanto quanto o nome do periódico, o título do trabalho é sublinhado (ou, tipograficamente falando-se, colocado em itálico) ao invés de ser apenas posto entre aspas. Pode-se lamentar também que no primeiro dos levantamentos genealógicos, ao contrário do que ocorre com seu sucessor, não figure a competente redução a quadro, pois as tabelas são de consulta pouco cômoda. Mais estranha ainda é a ausência completa de mapas, dada a abundância de referências a particularismos regionais, que, inclusive, constituem o tema específico de certos artigos. Enfim, do ponto de vista de apresentação material, haveria sem dúvida o que melhorar no volume.

Entrando num terreno mais relevante, algumas opções terminológicas do Prof. Mattoso poderiam merecer reparos. Às vezes são galicismos que poderiam ao menos ser atenuados, como no caso da expressão “estado da questão”, na qual *estágio* iria muito melhor, pois é sem dúvida nesse sentido que os franceses usam o termo *état*, por não contarem com vocábulo equivalente ao que propomos. Em outras, ocasiões, observamos a adesão a fórmulas que, por serem correntes, não se tornam por isso menos insatisfatórias, como “economia de produção” — enquanto oposta à tendência autárquica ou de auto-consumo — pois “de produção” toda organização econômica é, mesmo a de coleta, não se percebendo o que se ganha ao preferi-la a “economia de mercado”.

Essa propensão ao descuido terminológico pode levar a conflitos entre o conteúdo de suas concepções e o respectivo revestimento verbal. A p. 249, p. ex., podemos ler que “. . . as listas de nobres incluídas nos prefácios dos dois primeiros livros de linhagens e que pretendem, aparentemente, englobar a totalidade da classe em Portugal. . .” e que “. . . enquanto o *Livro Velho de Linhagens* reduz toda a nobreza do Reino a cinco famílias, o *Livro do Deão* enumera, além das mesmas cinco, mais vinte e duas”. Logo de início podemos nos perguntar se, para nada dizer da primeira cifra, mesmo no segundo caso, vinte e sete linhagens seriam suficientes para caracterizar a existência de uma *classe*. A questão, porém, fica prejudicada pelo fato de que, examinada com cuidado, a própria exposição da matéria, nesse e noutros passos do volú-

me — particularmente nos dois últimos artigos, relativas às estruturas familiares — desautorizam uma resposta afirmativa.

Com efeito, no raciocínio do Autor, processou-se no século XI a transição da família “primitiva”, as cinco unidades indicadas pelo *Livro Velho* ainda a representam, para a “moderna”, já perceptível nas vinte e sete linhagens do *Livro do Deão* (essa forma de periodização, oriunda da Antropologia, cujos parâmetros cronológicos divergem dos da História, deve ser admitida, se se desejar evitar complicações maiores). Tratar-se-ia, sobretudo no primeiro caso, da família no seu sentido mais amplo, envolvendo toda a parentela e fortemente apoiada em práticas endogâmicas, na esfera de uma organização social essencialmente tribal ainda. Em consequência, longe de constituírem uma *classe* — conceito fundamentalmente incompatível com o de *tribo* — o que temos caracterizado é um grupo oligárquico hereditário, fortemente unido por estreitos laços de parentesco.

Vemos por esse exemplo que a importância das questões terminológicas é maior do que pode parecer à primeira vista. Aprofundando mais a questão, observa-se desde a “Introdução” — e essa tendência permanece perceptível ao correr de todos os artigos — a ausência, paralelamente a essas inadvertências terminológicas, de qualquer menção às variações de nomenclatura dentro do período no qual trabalha o Autor (1037 a 1383), as quais no entanto, se constituem em indícios às vezes preciosos do sentido da evolução econômica, social, política e cultural, não apenas do grupo em causa, mas do próprio conjunto da sociedade. Baseados nesse fator, poderíamos propor um complemento à problemática aventada no “Programa” do Prof. Mattoso: como se denominava essa *nobreza* a si própria na época do Condado Portucalense e no Portugal dos primeiros tempos? De que critérios e de que termos se valiam seus membros na afirmação de sua identidade social? Até que ponto iria a homogeneidade do grupo e de que forma as possíveis diferenciações se refletiriam no respectivo vocabulário?

Para terminar — também numa linha de investigação que, no presente caso, não é enfatizada nem pela teoria, ou seja, a “Introdução-Programa”, nem pela prática, a saber, os artigos propriamente ditos — gostaríamos de sugerir aos estudiosos da nobreza portuguesa que não perdessem de vista a interrelação de sua trajetória com a do restante do Ocidente europeu (e não apenas com a de Castela, obviamente inevitável). Não se deve esquecer que há um substrato comum no ponto de partida em todas as sociedades que compunham a Cristandade latina, remontando à similitude do grau de evolução social dos povos bárbaros quando das invasões e que, por outro lado, a partir do século XI, se verifica um influxo crescente das práticas institucionais e dos valores próprios à França

setentrional, que tem inclusive na própria constituição do Reino português, sob certos aspectos, u'a manifestação tangível. Familiarizar-se com o "outro" constitui poderoso instrumento para aprofundar o conhecimento de nós mesmos. Somente tendo presente o que se passava alhures poder-se-á melhor perceber a especificidade portuguesa.

Reciprocamente, um dos méritos do labor do Prof. Mattoso é o de tornar melhor esclarecido o problema da nobreza medieval européia...